



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 054/2018

Senhor Presidente,
Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores.

Ao cumprimentar Vossas Excelências, na oportunidade, estamos encaminhando o anexo Projeto de Lei em anexo que ***“ALTERA A METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO PREVISTA NO ART. 60 DO CTM”***, para que o mesmo seja apreciado por essa Câmara de Vereadores e, por fim, se espera resulte aprovado.

A matéria em foco se consubstancia na efetividade das ações necessárias para o melhoramento da arrecadação própria do Município, consoante preconizado pelo Tribunal de Contas do Estado em sua Resolução nº 987, de 10.07.2013, a qual estabeleceu procedimentos de auditoria para a verificação da ocorrência de renúncia fiscal com vista a propiciar o aperfeiçoamento da gestão municipal.

O presente projeto prevê um melhor equilíbrio fiscal entre os contribuintes da Taxa de Coleta de Lixo e a recuperação do seu custo operacional, bem como a adequação da metodologia de cálculo adotada para auferição da referida taxa, buscando a adoção de método de maior justiça fiscal frente aos munícipes jaguarienses. No exercício de 2018 obtivemos um custo operacional que somado a depreciação do caminhão que efetua o recolhimento do lixo domiciliar, tem-se uma defasagem na ordem de 20%. Diante do recadastramento imobiliário efetuado pelo município, foi oportunizado a atualização das áreas construídas em imóveis urbanos, fato que impacta diretamente na arrecadação da referida taxa de coleta, uma vez que a mesma se utiliza da área total edificada como parâmetro para obtenção do valor da taxa.

Vislumbrado o incremento oportunizado pelo recadastramento, esta municipalidade lançou luz a metodologia aplicada na obtenção do valor, que até o presente momento adota a relação direta entre a área total edificada com o valor da taxa. Esta metodologia diferencia valores diante de qualquer diferença de área edificada, quer seja esta significativa ou não. Na busca por método mais justo, buscou-se o princípio da



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

solidariedade e proporcionalidade, afim de adotar uma característica de calculo similar a outras taxas de contribuição como a usada na verificação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP, ou seja, distribuição dos imóveis em faixas elencadas pela área total edificada, de modo que os imóveis que se enquadram na mesma faixa contribuirão de forma igualitária para a manutenção do serviço.

Assim, se propõe, basicamente, a alteração do método de cálculo, atribuindo o enquadramento do imóvel numa faixa de edificação com base na área total construída e a sua correspondência a um determinado valor através do Valor de Referência Municipal (VRM).

Exemplificando:

- (1) um contribuinte, proprietário de imóvel com área de 70,0m², atualmente paga Taxa de Coleta de Lixo no valor de R\$ 135,67, o qual passará a recolher o valor de R\$ 140,96 por ano;
- (2) um contribuinte, com imóvel de 150,00m², que paga taxa de R\$ 290,73, passará a recolher o valor de R\$ 281,92 por ano;
- (3) um contribuinte, com imóvel de 210,00m², que paga taxa de R\$ 407,02, passará a recolher uma taxa anual de R\$ 422,88.

Outrossim, quanto ao custo dos serviços prestados, tem-se hoje como valor lançado para recolhimento da Taxa o importe aproximado de **R\$ 530.000,00** anual, ao passo que o custo real é da ordem de **R\$ 700.000,00**.

Em que pese a medida proposta, associada ao recadastramento imobiliário, que proporciona justiça fiscal representada pela consideração de imóveis outrora esquecidos pela municipalidade, o município de Jaguari terá condições mínimas para arcar com suas obrigações frente a demanda do serviço de limpeza urbana.

Em razão do exposto, encarecemos a compreensão dos Senhores Vereadores em aprovar o presente Projeto de Lei.

Jaguari, RS, 22 de outubro de 2018.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

PROJETO DE LEI N° 054/2018

Altera a metodologia de cálculo para cobrança da Taxa de Coleta de Lixo prevista no Art. 60 do CTM.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 78, inc. IV da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Tabela de Cálculo constante do Anexo VIII, do artigo 60 do Código Tributário Municipal, editado pela Lei Municipal nº 1.403, de 29.11.1978, utilizada para a cobrança da Taxa de Coleta de Lixo, passando a vigorar nos termos do Anexo Único que integra a presente Lei.

Art. 2º Para o exercício de 2019, excepcionalmente, o fato gerador da Taxa de Coleta de Lixo ocorrerá no dia 1º de fevereiro, sendo que para os exercícios subsequentes em 1º de janeiro e lançado conjuntamente com o IPTU.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, observado, ainda, o disposto no artigo 150, inciso III, alíneas “b” e “c” da Constituição da República de 1988.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARI, ____ DE _____ DE ____.

ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,
Prefeito do Município de Jaguari.

REGISTRADA NO LIVRO N.º _____ ÀS FLS. _____
E PUBLICADA NO ÁTRIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO
EM: ____ / ____ / ____.

CEVY RINALDO TAMBARA FILHO,
Secretário de Administração.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE JAGUARI
Secretaria de Administração

LEI MUNICIPAL Nº DE DE 2018
ANEXO ÚNICO

LEI MUNICIPAL Nº 1.403, DE 29.11.1978

(Código Tributário Municipal)

ANEXO VIII

TAXA DE COLETA DE LIXO

(Art. 60 do CTM)

FAIXA DE EDIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS SITUADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS EFETIVAMENTE ATENDIDOS COM SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE LIXO	N.º DE VRM	INDEXADOR
Área edificada inferior a 70,00m²	04 VRM	Valor de Referência Municipal (VRM)
Área edificada de 70,00m² a 100,00m²	06 VRM	
Área edificada de 100,00m² a 150,00m²	08 VRM	
Área edificada de 150,00m² a 200,00m²	10 VRM	
Área edificada de 200,00m² a 250,00m²	12 VRM	
Área edificada de 250,00m² a 300,00m²	14 VRM	
Área edificada de 300,00m² a 350,00m²	17 VRM	
Área edificada superior a 350,00m²	20 VRM	